

Constituintes preferem sistema parlamentarista

Marcondes Sampaio

A tendência majoritária dos futuros constituintes, em matéria de sistema de governo, é pela implantação do parlamentarismo no Brasil, segundo os dados do levantamento que o **Jornal de Brasília** realizou nos últimos dias junto a 92 deputados e senadores. Desse total, 49 constituintes manifestaram-se pelo Parlamentarismo; 30 pelo presidencialismo, oito por um sistema misto de governo e cinco não responderam.

Outro dado significativo do levantamento indica que, embora o atual presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, continue sendo o mais forte candidato à presidência da Constituinte — com o apoio de exatamente metade dos 92 parlamentares ouvidos — ainda é elevado o número de indecisos: 33 responderam ou que ainda não sabem ou que o problema deve ser definido pela própria Constituinte. Foram lembrados para ocupar o cargo — cada um com uma indicação — os nomes de Marco Maciel, Jarbas Passarinho, Afonso Arinos e Lyzâneas Maciel, José Richa e Roberto Cardoso Alves.

Dos 33 que estão indecisos ou que atribuíram a decisão à Constituinte, a grande maioria — 25 — pertence ao PMDB, partido presidido por Ulysses. No conjunto dos 92 nomes incluídos no levantamento, 24 responderam que, para presidir a Constituinte, Ulysses deve renunciar à Presidência do PMDB e 28 acham que basta ele se licenciar.

Parlamentarismo

A tendência dos constituintes pelo Parlamentarismo contraria a opinião — entre outros — de duas das figuras mais expressivas na vida partidária brasileira: o próprio Ulysses e o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ambos presidencialistas.

Ulysses justifica que o presidencialismo é o sistema da tradição brasileira e o mais ajustado à realidade política e cultural do país. Há quem entenda que essa opção do presidente do PMDB é motivada pela aspiração que ele tem de chegar à Presidência da República, sucedendo o presidente Sarney. Centralizador como é, Ulysses não gostaria de governar o país num sistema em que o Executivo é submetido a um maior controle do Parlamento. Na verdade, porém, há anos o dirigente peemedebista se confessa adepto do presidencialismo, antes mesmo que seu nome passasse a ser considerado o candidato natural do PMDB à Presidência da República.

Marco Maciel é outro que sempre fez questão de proclamar-se presidencialista. Em entrevista concedida ao **Jornal de Brasília**, há um mês, o chefe do Gabinete Civil afirmou que, se viesse a participar dos trabalhos da Constituinte — na condição de senador por Pernambuco — votaria pela adoção do presidencialismo, mesmo sabendo que a maioria do PFL é parlamentarista.

Maioria das pequenas siglas não sobrevive

As urnas atestaram que a maioria das 30 siglas registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral, padece de suporte eleitoral para existir. Nas últimas eleições somente nove dos pequenos partidos conseguiram eleger algum representante para a Câmara dos Deputados. Destes, dois elegeram apenas um representante — o PSB e o PSC.

A esmagadora vitória do PMDB tirou muitos votos que poderiam ter sido despejados em candidatos de legendas recém-criadas ou mais fracas que a dos três: PMDB, PFL e PDS. O baixo coeficiente eleitoral do pleito conseguiu provocar a eleição de alguns representantes dos pequenos. Mas a maioria dos candidatos não teve fôlego para calçar a reta final, seja por falta de verbas, eleitores ou estrutura partidária.

Duas deputadas novatas deverão ser líderes partidárias sem liderados: Beth Azize, do PSB, e Dirce Quadros, do PSC. Azize, deputada estadual amazonense, elegeu-se sobre a coligação PSB-PCB-PC do B — no Amazonas. Dirce, por sua vez, foi eleita graças ao empenho do pai, o prefeito de São Paulo e ex-presidente, Jânio Quadros.

Ao todo serão eleitos em todo o país 72 deputados pelos pequenos partidos. O único a ter realmente força dentro do Congresso será o PDT, com 25 parlamentares. O PT que cresceu dos atuais seis para 16 deputados ainda não contará com poderio.

As terceira e quarta maiores bancadas dos pequenos serão de partidos situados mais à direita, como o PTB, liderado pelo deputado Gastone Righi, que passará a comandar 14 petebistas, e o PL do deputado Álvaro Valle, também líder, com seis.



Ulysses e Passarinho são nomes cotados para a presidência da Constituinte

Bloco progressista será pequeno

Ao lado da maioria conservadora, atuarão na futura Câmara cerca de 90 parlamentares enquadráveis na genérica denominação de progressistas: metade deles filiados ao PMDB (incluindo representantes da chamada esquerda independente e liberais mais avançados), toda a bancada de 16 ou 17 deputados do PT; pelo menos 13 dos 24 representantes do PDT; os seis comunistas e alguns fenômenos isolados do que — com boa vontade — se poderia chamar de «esquerda» do PFL.

Na realidade, o problema da definição de «progressista» começa no maior núcleo dessa corrente, que é o PMDB. Por essa denominação foram conhecidos, nas duas últimas legislaturas, parlamentares que, na oposição eram dos combativos e que agora se tornaram governistas quase incondicionais, independente das questões econômicas ou sociais que sejam colocadas em debate.

Para simplificar o significado de tal qualificação, basta observar que a índole dos atuais parlamentares só foi testada

em relação a alguns temas trabalhistas — como a política salarial — ou políticos, como as eleições diretas — mas ainda não foi posta à prova, concretamente, na votação de matérias em que se definirá de forma mais direta a relação entre o capital e o trabalho.

Feita a ressalva, podem ser relacionados como «progressistas» os seguintes parlamentares do PMDB que foram reeleitos: os paulistas Tidei de Lima, João Hermann, João Cunha e Roberto Rollemberg; os paranaenses Maurício Fruet, Santinho Furtado, Euclides Scalco, Nilton Frederick e Hélio Duque (que recusa a qualificação de «esquerdista»; os pernambucanos Egídio Ferreira Lima, Maurício Ferreira Lima e Cristina Tavares; os baianos Francisco Pinto, Domingos Leonelli, Marcelo Cordeiro, e Mário Lima; os catarinenses Luiz Henrique, Renato Viana e Walmar de Luca; os gaúchos Hermes Zanetti, Ibsen Pinheiro, Irajá Rodrigues e Lélcio de Sousa; o paraense Ademir Andrade; o cearense Paes de Andrade; o alagoano Renan Calheiros, o mineiro Carlos Mosconi e os

goianos Fernando Cunha e Aldo Arantes

Na representação do PMDB de São Paulo são citados como integrantes da corrente progressista os seguintes nomes: o amazonense Bernardo Cabral, ex-presidente da OAB (embora tenha sido eleito com o apoio do conservador Gilberto Mestrinho), o paraense Gabriel Romeiro; os maranhenses Haroldo Sabóia e José Carlos Sabóia; o sergipano Bosco França; os alagoanos José Costa (que já foi deputado) e Eduardo Bonfim (vinculado ao PC do B); o mineiro Célio de Castro (também vinculado ao PC do B), os gaúchos Vicente Bogo e Nelson Jobim; o matogrossense Antero Paes de Barros e os brasilienses Geraldo Campos e Sigmaringa Seixas.

Entre os novos constituintes do PMDB já são referidos os novos Fernando Gasparian (editor), Fábio Felmann e o ex-secretário do Planejamento, José Serra. A esquerda peemedebista, contudo, tem reparos a Serra por entender que ele elegeu-se graças ao uso abusivo da máquina daquela Secretaria.

Mulheres têm 25 representantes

Acusados de machistas há séculos pelos sulistas, os nordestinos nas últimas eleições resolveram quebrar o dito. Elegeram 15 das vinte e cinco mulheres que participarão da Constituinte com mandato de deputada. Ao Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo couberam a eleição das outras dez. Os três estados do sul não elegeram nenhuma representante.

Dez das deputadas pertencem ao PMDB. Seis são Frente Liberal, duas do PDS, uma do PC do B, uma do PTB, uma do PSB, uma do PDT, duas do PT e uma do PSC. Duas delas já são líderes de partido, pois foram as únicas eleitas por suas legendas: Beth Azize (PSB-AM) e Dirce «Tutu» Quadros (PSC-SP). Azize já teve mandato parlamentar como deputada estadual, enquanto Dirce Quadros tem como respaldo político o pai, prefeito de São Paulo e ex-presidente, Jânio Quadros, que lutou para elegê-la.

Na mesma situação de «Tutu» Quadros que entrou para o Congresso pelas mãos dos parentes, estão ainda: Maria Lúcia (PMDB-AC); Marluce Pinto (PTB-RR); Raquel Benevides (PMDB-AP); Miriam Portella (PDS-PI); Wilma Maia (PDS-RN); Lúcia Braga (PFL-PB); Rita Camata (PMDB-ES); Ana Maria Rattes (PMDB-RJ) e Márcia Kubitschek (PMDB-DF).

A mais antiga deputada será Cristina Tavares, do PMDB pernambucano, que obteve seu terceiro mandato federal. A senadora Eunice



Cristina Tavares



Márcia Kubitschek

Mechilles (PFL-AM) retorna ao Congresso como deputada. Em eleições anteriores, o número de mulheres eleitas sempre foi pequeno, mas a eleição de Maria Luiza para a prefeitura de Fortaleza reforçou as posições das mulheres em se candidatar. Duas líderes feministas que disputaram uma vaga — Rose Marie Muraro, do PDT,

pelo Rio de Janeiro e Irene Cardoso, pelo PT de São Paulo — não conseguiram eleger-se.

Durante seus mandatos Wilma Maia e Rita Camata serão sempre acompanhadas por seus maridos que se elegeram como senadores: os ex-governadores Lavoisier Maia e Gerson Camata. Os casais já tem apelido: «Os Casais 20». (MS).

Renovação em 3 Estados

Os índices mais significativos de renovação das bancadas estaduais na Câmara foram apresentados por Sergipe, Amazonas e Goiás. Em Sergipe, todos os oito deputados eleitos no dia 15 são novos; no Amazonas apenas um dos atuais foi reeleito — José Fernandes, do PDT e em Goiás foram reeleitos somente quatro dos 17 representantes do estado na Câmara (uma renovação de 76,5%).

Entre as grandes bancadas — embora o resultado

ainda não seja oficial — a maior renovação deve ser a de Minas, com 68%, pois devem ser reeleitos apenas 17 dos 53 deputados mineiros. No Rio de Janeiro, a renovação foi de 65,2% (16 reeleitos em 46) e em São Paulo de 60% (24 reeleitos num total de 60).

Das 26 unidades da federação o PMDB só não elegeu representantes em Roraima, onde duas cadeiras ficaram para o PTB e duas para o PFL. (MS)